



A infância em lições. Um estudo sobre manuais femininos na sociedade do Rio de Janeiro

Ana Maria Bandeira de Mello Maçaldi *

Se cada geração tem por dever preparar a outra geração sua sucessora, de nenhum modo prepararemos melhor a felicidade da que nos suceder, como educando-lhes as mães, e esclarecendo nelas a razão do seu destino de criar homens sadios e fazê-los, pela educação, nobres de caráter e bons de sentimento.

Júlia Lopes de Almeida

Resumo – Neste artigo, analisa-se o tema da infância com base na leitura de manuais dirigidos a mulheres dos segmentos médios e dominantes na sociedade do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX. O caráter prescritivo e pedagógico desses textos é examinado ao lado das estratégias discursivas e editoriais empregadas para que os mesmos cumprissem um papel primordial de difundir e instituir um determinado modelo de mulher, fixando determinadas funções sociais, algumas ancoradas na natureza, outras na ciência. Dessas funções, um acento é posto na atenção à criança, para a qual são encaminhados conselhos sobre educação e saúde, ora apelando-se para a experiência da própria autora dos manuais (Júlia Lopes de Almeida), ora para a cultura científica da época.

Palavras-chave: história da educação; educação feminina; manuais femininos; mulher; família e educação; história da infância; Rio de Janeiro.

O papel social de educar outros indivíduos – filhos, em especial¹ –, atribuído historicamente à mulher e identificado comumente a idéias de destino e de natureza, bem como de missão e salvação, representou um aspecto citado com frequência em discursos diversos voltados para a defesa da educação feminina. Sobre esta modalidade educacional, pode-se dizer que por um longo tempo

esteve afeita, em grande medida, à esfera do privado, tanto no que diz respeito a seus objetivos – deslocados em benefício de filhos e da família –, quanto ao espaço em que tendeu a se desenvolver.

No cenário educacional da sociedade do Rio de Janeiro, entre fins do século XIX e inícios do século XX, um aspecto a destacar diz respeito ao grau ainda restrito de

* Professora na UERI. E-mail: anamaçaldi@superig.com.br.



institucionalização da educação feminina. Observa-se que um contingente expressivo de meninas e de jovens mulheres se encontrava fora das escolas, instruindo-se, com frequência, no próprio espaço da casa, por intermédio de ações educativas diversas, muitas das quais encaminhadas pelas próprias mães ou por preceptoras.

Considerando-se o universo social dos segmentos médios e dominantes, pode-se afirmar que a leitura ocupou um lugar destacado no processo de formação de mulheres, sendo estas valorizadas por literatos como destinatárias privilegiadas de seus escritos, em especial no caso dos romances, de grande popularidade então. Estudos diversos têm ressaltado a importância desempenhada pelos livros na vida feminina, em uma sociedade urbana como a do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX. Costuma-se chamar atenção para a frequência com que esses objetos apareciam em cenas do cotidiano da mulher, podendo ser encontrados em suas cestas de costura, misturados a linhas, agulhas e aos trabalhos de bordado.

Nesse artigo, o foco está sendo colocado em um gênero literário específico que, revestido de uma importante função pedagógica, obteve grande sucesso de público no cenário carioca daquele tempo. A proposta é a de apresentar reflexões sobre alguns textos educativos destinados a um público feminino e escritos por Júlia Lopes de Almeida, mulher que ocupou um lugar de

destaque no mundo das letras do Rio de Janeiro e do país, ambiente então marcadamente masculino. Cabe mencionar que a escritora dos textos aqui compreendidos como “manuais femininos” percorreu diversos gêneros literários, tendo publicado romances, contos, peças de teatro e crônicas em importantes jornais da época, que obtiveram grande popularidade em seu tempo, bem como reconhecimento por parte da crítica.

Sobre os manuais e sua função educativa

Três livros constituem o universo de análise deste estudo. O primeiro deles, o *Livro das noivas*, publicado inicialmente em 1896, dirigia-se a um público alvo claramente definido, constituído pelas moças que se encaminhavam para o casamento e, conseqüentemente, para o desempenho das funções sociais de esposa e mãe. O fato de ser destinado a jovens definidas como inexperientes e desconhecedoras dos papéis que deveriam cumprir pode contribuir para a compreensão do formato de manual que caracteriza o livro, assim como do tom imperativo presente em suas lições. Compondo um mosaico bem planejado, a obra expressa a preocupação da autora em abarcar de forma completa os temas considerados de importância na vida de uma boa dona de casa e mãe de família.

O segundo desses textos, o *Livro das donas e donzelas*,² publicado em 1906, é um pouco diferente do primeiro. Por se dirigir





a um público feminino mais amplo, que incluía mulheres experientes tratadas como “amigas”, demandou construção diversa da de um estrito manual. Composto por capítulos em que são desenvolvidas reflexões sob a forma de crônicas, o livro não expressa a intenção de dar conta do universo feminino em sua totalidade e nem revela o tom imperativo do anterior. No entanto, não se afasta dos assuntos comumente vistos como de interesse da mulher, visitando-os de ângulos diversos, com uma evidente finalidade pedagógica, razão pela qual o estamos considerando também como um manual.

Apesar das diferenças entre os dois livros, são marcantes os aspectos de identificação entre ambos, percebidos nos próprios títulos, que sugerem um sentido de continuidade. Também uma evidente convergência manifesta-se nos temas tratados, na inflexão persuasiva que permeia a abordagem e na apresentação gráfica das duas obras, que inclui vários desenhos reproduzindo cenas da vida feminina, muitas das quais envolvendo a presença de crianças.

Segundo as indicações de que dispomos, o *Livro das noivas* e o *Livro das donas e donzelas* ainda circulavam na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920, quando Iúlia Lopes de Almeida publicou uma terceira obra, intitulada *Maternidade*, que apresenta pontos de aproximação e de afastamento em relação às duas primeiras. Publicado em capítulos no *Jornal do Comércio* em

1924 e editado no ano seguinte, *Maternidade*, de maneira distinta dos demais, é um livro que tem um foco temático específico, situado para além do universo visto tradicionalmente como feminino. Tratando da questão da guerra, essa obra, escrita por ocasião do pós-Primeira Guerra, expressa um claro engajamento da autora à luta pacifista. Cabe destacar que a singularidade desse livro também se traduz em sua composição gráfica, sem ilustrações, e na segurança do texto, aspectos compreensíveis tendo em vista a dramaticidade assumida pelo objeto de reflexão da autora. Baseando-se em um posicionamento militante, a autora de *Maternidade*, embora se dirigisse em primeiro lugar ao público feminino, estendia sua mensagem à sociedade de maneira geral,³ abordando questões relativas ao lugar da mulher na sociedade, sob um prisma pedagógico. Segundo o *Jornal do Comércio*, esse texto também se incluía no “apostolado de inteligência e afeto”³ que a escritora exerceria através de suas obras educativas.

Se, no caso do *Livro das noivas*, o formato de manual é mais explícito, já que a dimensão de aconselhamento aparece de modo direto, estamos compreendendo os três livros como compondo um conjunto. Isso porque todos se revestem de uma função pedagógica, cumprindo um papel de educar mulheres, o que adquiriria importância crucial naquele momento em que elas ainda se encontravam, em grande medida, afastadas do ambiente escolar e da educação formal.



Nesses textos são encontradas muitas lições vistas como importantes para a vida feminina. E, como era de se esperar em um tempo em que a identidade feminina se constituía, em grande medida, com base na maternidade, a questão da atenção à infância ocupava um lugar de grande destaque.

Um aspecto a ser lembrado é o de que esses textos – como qualquer outro – devem ser compreendidos como produtos de um ambiente social e cultural particular. Nesse caso, devemos considerar os manuais femininos situados em um cenário de transição importante de uma sociedade escravista senhorial, de base essencialmente agrária, para uma sociedade burguesa, marcada de-

lo estabelecimento progressivo de uma realidade urbana e industrial e que procurava se identificar cada vez mais aos signos internacionalmente compartilhados da modernidade e do progresso, valorizando, por exemplo, de forma crescente, os chamados saberes científicos. Interessa-nos observar de que modo esses textos educativos abordavam, no quadro dessa transição, o tema da infância e, em particular, do cuidado da criança pela família, representada, de modo especial, pela figura da mãe.

A hipótese aqui desenvolvida é a de que a própria popularidade dos manuais pode ser compreendida como resposta à demanda formulada por mulheres daquela





sociedade, que se encontravam em busca de referências sobre papéis a desempenhar e comportamentos a incorporar em um tempo percebido como de mudanças verificadas “em um ritmo vertiginoso”.⁵ Tendo como base o processo de mudanças mais amplo vivido pela sociedade do Rio de Janeiro, estaremos buscando refletir sobre possíveis deslocamentos observados na relação da mulher com a criança – com ênfase na dinâmica de discontinuidades /continuidades – e sobre os novos parâmetros que estavam sendo requeridos para nortear essa relação e que apareciam nos conselhos contidos nos manuais.

Quanto à mulher-personagem dos manuais e objeto da reflexão de Lúlia Lopes de Almeida, deve-se destacar que coincidia com a mulher a que seus textos se dirigiam. Trata-se da mulher que vivia nos centros urbanos e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro naquele tempo de mudanças. Mulher cuja esfera de atuação situava-se eminentemente no espaço privado da casa, sendo sua intervenção direta no espaço público ainda bastante restrita, apesar das transformações observadas. Deve-se considerar que o novo tipo de sociabilidade característico da *Belle Époque* provocava deslocamentos importantes nos papéis sociais femininos, com a valorização crescente da mulher. Com o destaque conferido aos salões das casas de elite, as mudanças verificadas nos hábitos de lazer, a ampliação da frequência aos bailes e teatros, o aumento do consumo,

entre outros aspectos, abriam-se novos horizontes para a mulher dos segmentos médios e dominantes. Também as ações e campanhas diversas promovidas pelo movimento feminista concorriam para a ampliação do espaço de atuação da mulher na sociedade brasileira.

E, ainda que essa mulher, habitante da cidade do Rio de Janeiro ou de outros centros urbanos brasileiros, tivesse sua identidade posta em questão a partir de novos desafios que se apresentavam então, os manuais a ela destinados, em sintonia com os discursos científicos e em particular com o pensamento médico da época, procuravam fixar uma identidade feminina tendo ainda como base suas funções tradicionais, exercidas na esfera do lar. Os papéis sociais difundidos nesses textos pedagógicos de Lúlia Lopes de Almeida como lições a serem assimiladas pelas leitoras eram, portanto, aqueles ligados às funções da maternidade, do casamento e da vida familiar de modo geral.

Lições sobre a infância dos filhos

Em meio a lições diversas que focalizavam a participação da mulher no mundo da casa, a questão do cuidado dirigido aos filhos adquiria centralidade indiscutível. Sendo a infância representada como um território da família e, em especial, da mulher, na atenção à criança residiria, em grande medida, a contribuição social feminina.



De modo geral, a consciência que a autora procurava estimular em suas leitoras acerca das funções maternas apontava para duas direções: da saúde e da educação dos filhos.

De acordo com os conselhos de Dona Júlia, a preocupação com a saúde dos filhos e com seu bem-estar de modo mais geral deveria se colocar à frente das exigências da vida mundana, de qualquer conveniência social, ainda que os novos tempos cobrassem da mulher dos estratos superiores disponibilidade para o manejo das “artes da sociabilidade”. O cuidado com os filhos justificava ainda a atenção especial que as mulheres deveriam dispensar à própria saúde, ressaltada, nesse caso, não por seu valor em si. A infância era assim representada como riqueza a preservar, o que se percebe na abordagem da autora sobre a função materna presente no *Livro das noivas*:

Ser mãe é renunciar a todos os prazeres mundanos, aos requintes do luxo e da elegância; é deixar de aparecer nos bailes em que a vigília se prolonga, o espírito se excita e o corpo se cansa no tozo das valsas; é não sair sem temer o sol, o vento, a chuva na desolada dependência do terror imenso de que sua saúde sofra e reflita o mal na criança; é passar as noites num cuidado incessante, em sonos curtos, leves, com o pensamento sempre preso à mesma criaturinha rósea, beaúena, macia, que lhe suga o sangue, que lhe maaça os braços, que a enfraquece, que a

enche de sustos, de trabalho e de prevenções – mas que a faz abençoar a ignota Providência de a ter feito mulher, para poder ser mãe! (p.171-172)

As lições que estimulavam a mulher a assumir sua responsabilidade na criação dos filhos apontavam ainda para a outra dimensão do papel materno, indicando a educação como “a mais dura, a mais justa, a mais ampla, a mais bendita (missão) entre as benditas” (Ibidem, p.203). A autora dos manuais assinalava assim, orientando suas leitoras: “É um encargo esse que nenhuma mãe deveria declinar de si – o ensino dos seus filhos! Ao menos os primeiros passos...” Isso porque, segundo a certeza que transmitia àquelas mulheres que procurava educar, “nenhum mestre pode ser mais insinuante, mais querido, mais doce, mais persuasivo do que a mãe!” (Ibidem, p.200-201).

Um aspecto importante a destacar é o de que as ações femininas relativas ao cuidado com a criança são apresentadas por Júlia Lopes de Almeida segundo duas perspectivas diferentes e complementares. Uma primeira forma de apresentação desse tema nos manuais inscreve-se no quadro do que era percebido como “natureza feminina”. Valorizando um saber apoiado no que caracterizava como a força do sentimento materno considerado natural e instintivo, encorajava suas leitoras a conduzir ações voltadas para o cuidado das crianças, ativando uma sensibilidade pré-existente mostrada como inerente à condição feminina.



Considerando-se essa direção seguida pelos textos, pode-se perceber que a esta era conduzida por meio de um canal de comunicação que a autora e narradora estabelecia com suas leitoras, marcado pela intimidade e proximidade. Por essa via, Iúlia Lopes de Almeida, ou D. Iúlia – nome com o qual era conhecida nos meios intelectuais da época e que remetia a um lugar de enunciação definido, o da “velha conhecida” - demonstrava identificação com suas leitoras, assinalando através de seus textos que vivenciava experiências semelhantes às das mulheres comuns, das mães e esposas

com as quais procurava dialogar, ao compartilhar da mesma natureza feminina que procurava ativar por meio de seus conselhos.

D. Iúlia mostrava-se então, por um lado, como “uma mulher como as outras”, que encontrava “naturalmente” nos filhos sua realização máxima e que atuava na direção da saúde e educação desses filhos, tendo como base um saber que parecia inerente à sua condição de gênero. Procurava compartilhar com as leitoras tanto potencialidades, quanto debilidades que, segundo afirmava, seriam inerentes a essa condição.



Se, em alguns momentos, mencionava que na sensibilidade feminina residiria a sua força, em outros acentuava a fragilidade de sua “natureza feminina”, enfatizando a “dobre organização” da mulher, “impressionável, sentimental, nervosa” (Ibidem, p.67), com a qual também se identificaria. Essa representação de natureza frágil fica evidenciada, por exemplo, na comparação estabelecida entre as duas condições de gênero, em um dos textos do *Livro das noivas*, quando se refere à mulher como “planta débil”, e ao homem como “árvore robusta” (Ibidem, p.52).

A identificação com as leitoras pode também ser percebida nas incursões frequentes da autora no texto, por meio do pronome “nós”, e também da narração de vivências comuns à vida de uma mulher que possuía na casa seu universo de atuação por excelência. Essa representação que associa a figura de D. Iúlia à condição de “mulher do lar”, de “mãe e esposa” também pode ser percebida verificando-se que a imagem pública da escritora Iúlia Lopes de Almeida incorporava, em grande medida, esses elementos, o que se observa, por exemplo, na obra *O momento literário*, de João do Rio. Esse livro é constituído de vários capítulos, contendo cada um deles uma entrevista com uma celebridade literária do início do século XX. Se cada um desses capítulos trazia no título o nome do entrevistado, a entrevista realizada com Iúlia Lopes de Almeida, única figura feminina incluída – e que

contava também com a participação de seu marido –, levava o título sugestivo de *Um lar de artistas*. Além disso, o próprio texto em que o autor apresentava a escritora trazia a marca familiar, mostrando de modo indiferenciado a função da escritora e seu papel materno, como se pode perceber em sua descrição:

D. Iúlia está sentada na sombra, fala dos livros e dos filhos ao mesmo tempo. Estou a crer que os confunde e pensa nos personagens da fantasia criadora como beija os meios frutos de sua vida. É calma, revousada, doce a sua voz, como são maternas os gestos seus. (1994, p.35)

Se, por um lado, usando seus próprios exemplos de mãe, a autora enfatizava o lado da “natureza feminina”, ao orientar as leitoras acerca do cuidado com os filhos, pode-se considerar, a princípio, como uma contradição a expressão da necessidade desta natureza ser estimulada. Isto é, se as ações femininas voltadas para a saúde e educação dos filhos seriam resultantes de uma inclinação natural, de um instinto, portanto, por que haveria necessidade de seu estímulo? Essa questão pode ser compreendida, à medida que nos encaminha para uma outra perspectiva sobre a relação das mulheres com os filhos, com base na qual a autora fornecia suas lições às leitoras.

Ao analisarmos os conselhos transmitidos às mulheres sobre o cuidado com as crianças, pode-se perceber que a autora não tratava do tema apenas com base na noção



de “natureza feminina”, mostrando também compreender a questão sob um outro ângulo. Afirmava que, muitas vezes, a sensibilidade, o coração, a “natureza feminina” não seriam suficientes para apoiar de modo competente as ações femininas relativas à atenção às crianças. Alertava, assim, suas leitoras: “Vivendo do coração exclusivamente, expomo-nos aos mais pungentes golpes.” (1905, p.13). Embora a dimensão da natureza fosse extremamente valorizada, já que ela é que teria constituído a mulher em “depositária do filho” (1925, p. 116), a autora, conduzindo uma reflexão de base racional, reconhecia que nem sempre as mães cuidavam dos filhos como deveriam, provocando muitas vezes malefícios em sua formação. A esse respeito, então, reconhecia: “Seria na verdade querer tapar o Sol com uma peneira, negar a existência de mães más e de má influência” Após esse reconhecimento, buscava compreender o porquê de comportamentos nocivos de algumas mães em relação aos filhos, quando dizia: “[...] mas é justo observar que a ação destas é quase sempre inconsciente e desintencionada.” Com base nessa compreensão, a autora sugeria então o caminho a ser seguido pelas mulheres para que fossem obtidos resultados eficazes na criação dos filhos: “Se a maior parte delas tivesse tido o espírito vasculhado por bons conselhos e uma educação firme e sã, o número das más seria ainda mais restrito e meramente constituído por perversidades doentias e irremediáveis!” (Ibidem, p.74).

Aqui aparece então um outro tema muito destacado nos livros de D. Júlia e sobre o qual a autora procurava orientar suas leitoras: o da educação feminina. Em seus livros, defendia de modo veemente a formação apropriada da mulher, valorizando, em grande medida, os benefícios produzidos por esse processo na vida dos filhos e que, conseqüentemente, repercutiriam em favor dos futuros cidadãos e da futura sociedade. De acordo com a visão passada nos manuais, a mãe, para cumprir a contento sua “missão” educativa junto aos filhos, possuía, como ponto de partida, sua “natureza”, seu “coração”, seu “instinto”, mas deveria apoiar-se complementarmente na “cultura”. A autora indicava, então, o caminho a seguir:

“E é principalmente essa missão que deve induzir todas as mocas a ler e a estudar com atenção. Aprender para ensinar, com inteligência, alegremente, maternalmente!” (1905, p. 201).

Na educação feminina prescrita, deveriam estar incluídos de modo privilegiado – ainda que dosado – saberes de cunho científico, já bastante valorizados em seu tempo e que tenderiam a sê-lo mais e mais a partir de então. Quanto aos conhecimentos considerados importantes no projeto educativo expressado pelos manuais, incluíam-se conhecimentos gerais, apoiados em ciências diversas, cuja aprendizagem possibilitaria às mulheres o acompanhamento dos estudos dos filhos, segundo se observa na seguinte passagem:



Esta mãe que assim cultiva nos filhos todas as boas qualidades de corpo e de inteligência, a que deve essa satisfação? Ao seu amor? Não só ao seu amor, de-lo qual os filhos nada lhe devem, porque todos os animais amam os filhos; mas a ter estudado como um homem ciências naturais e línguas vivas. Ela sabe; logo ela pode transmitir, e os seus filhos são assim duplamente – suas criaturas. (1906, p. 84)

Eram ainda valorizados os conhecimentos pedagógicos, que indicavam caminhos sobre “como educar”, devendo por isso ser assimilados pelas mães através da leitura de livros de autoria de “educadores modernos”, entre os quais a autora situava Edmond Demoulin, considerado um dos expoentes da Escola Nova.

Mas, desses saberes valorizados pela autora e que compoñiam a “ciência de educar” a ser apropriada pela mulher, figuravam com um destaque inegável os conhecimentos médicos, em especial os da higiene, área da ciência já bastante desenvolvida ao longo do século XIX e que continuou a se desenvolver bastante nas primeiras décadas do século XX. Nessa direção, a autora recomendava às mães a leitura de “obras consagradas à higiene infantil e aos deveres das mães para com seus filhos”. Aconselhava ainda suas leitoras a prepararem-se antecipadamente e de um modo preciso para o exercício da função materna, segundo se pode perceber na seguinte orientação:

Todas as senhoras devem (...) ler com escrupuloso cuidado, antes do nascimento do seu primeiro filho, algum livro concernente à boa higiene das amas e à amamentação das crianças – importante saber que tipos de alimentos devem comer, que cuidados devem tomar (...), de modo a atingirem a boa criação dos filhos. (1905, p. 189)

Pode-se observar, portanto, que apesar dos conselhos presentes nos manuais a situarem em um lugar semelhante ao da mãe diante das filhas ou de uma amiga diante da outra, Iúlia Lopes de Almeida também se mostrava afinada com o ambiente intelectual de seu tempo, que afirmava de modo progressivo a soberania da ciência e da razão. Expressava, desse modo, sua crença na onipotência de uma educação feminina apoiada em saberes racionais, ainda que entendesse que esses saberes somente embasariam uma formação consistente, se associados aos valores morais e ao sentimento.

Se Iúlia Lopes de Almeida exortava suas leitoras a buscar o contato direto com livros científicos sobre a infância, os textos que ela mesma escrevia cumpriam, como já vimos assinalando, uma importante função educativa. Neste caso, a autora exercia um papel de mediação valioso, transmitindo conhecimentos que embora deveriam ser adquiridos pelas mulheres para instrumentalizá-las a cuidar dos filhos em sintonia com os desígnios modernos, nem sempre estariam disponíveis a elas.





Em um dos textos em que aconselhava as leitoras a ler as obras dos higienistas, D. Iúlia mostrava sua disposição em tornar aqueles conhecimentos acessíveis às suas leitoras ao informá-las: “Eu li os conselhos do Dr. Garnier, guiei-me por eles, e para este capítulo os irei trasladando, certa de fazer alguma coisa útil”. (1905, p.188)

É interessante observar nesse momento que, se a autora conferia destaque à suposta “natureza feminina”, demonstrando também compartilhá-la com as leitoras, seguia, ao mesmo tempo, o caminho da valorização da cultura e da educação, afirmando que a intervenção sobre a infância deveria apoiar-se nos novos referenciais científicos, sob pena de ser ineficaz ou até mesmo nociva. E se, no primeiro caso, a autora demonstrava autorizar seu discurso através da vivência semelhante à da maioria de suas leitoras, ao se encaminhar na outra direção, Iúlia Lopes de Almeida posicionava-se diante das leitoras de um modo diferenciado.

Torna-se importante destacar, inclusive, que ao se identificar com uma “natureza feminina” frágil, a autora parecia lançar mão de um recurso de aproximação com suas leitoras, útil para sua finalidade pedagógica. No entanto, pode-se entender, por outro lado, que, se esta estratégia a aproximava das leitoras, podia dificultar o reconhecimento de sua autoridade de conselheira. A identificação com as leitoras não se constituiu, portanto, na única estratégia narrativa utilizada pela escritora em seus manuais.

Assumindo um lugar diferenciado, Iúlia Lopes de Almeida incluiu-se naqueles textos utilizando-se também da primeira pessoa do singular, do pronome “eu”, afirmando-se, deste modo, como uma mulher marcada por uma trajetória bastante particular e digna de nota. Considerando-se os caminhos usualmente percorridos por mulheres em um contexto marcado por um campo de possibilidades tão restritivo à sua participação na esfera pública, a escritora notabilizou-se como uma mulher letrada que alcançou grande popularidade e sucesso de crítica por sua obra literária. Sua diferenciação também pode ser compreendida ao observarmos seu envolvimento em campanhas públicas diversas, como as promovidas pelo movimento feminista⁶ ou, ainda, relacionadas à defesa da cidade,⁷ que a projetaram de modos variados no espaço público da sociedade do Rio de Janeiro e até mesmo da sociedade brasileira de seu tempo.

Deste outro modo, portanto, a escritora mostrava-se presente nos textos também como essa mulher cuja vivência se diferenciava daquela comum à maior parte das mulheres e que, por dominar saberes que suas leitoras de modo geral não dominavam, exercia, inclusive, a função de transmiti-los. Seria exatamente o domínio desses saberes e sua condição de mulher ilustrada que, por esse lado, autorizava seu discurso e seu lugar de conselheira que sabia do que estava falando e que podia, por isso, ensinar.



Licões sobre a infância pobre

Se a abordagem do tema da infância nos manuais de Iúlia Lopes de Almeida partia do foco nos filhos das mulheres de condição social privilegiada, a autora também dirigia sua atenção e propunha intervenções educativas para as crianças pobres. Como no caso das licões dirigidas às leitoras sobre o cuidado com seus filhos, também enfocava a questão da infância pobre em uma dupla perspectiva.

Por um lado, a infância pobre deveria ser alvo direto ou indireto de iniciativas educativas e de proteção, através do concurso de mulheres abastadas que liam os textos educativos de D. Iúlia e eram por ela chamadas a exercer “uma das missões mais belas” atribuídas à mulher: a caridade. As ações dotadas desse foco responderiam, segundo a autora, à própria “natureza feminina”. Segundo suas palavras, através das quais mostrava identificação com suas leitoras, assim se justificava essa tendência: “A nossa organização impressionável, sentimental, nervosa, esta pobre organização que tantas injustiças e tantos louvores tem provocado, faz-nos estremecer de piedade diante da miséria dos outros.” (1905, p. 67-68) Nesse caso, a escritora procurava, através de licões sobre o “ser mulher”, estimular ações filantrópicas de caráter individual, através do apelo aos sentimentos da mulher, vistos como de natural compaixão em relação aos pobres.

No entanto, se esse era um caminho apontado nos manuais, sua autora de novo

sugeriu que a natureza e a caridade feminina não bastavam no enfrentamento do problema da infância pobre e, por isso, indicava que tanto os saberes científicos quanto outras instâncias sociais deveriam também ser acionados na mesma direção. É importante lembrar que a filantropia no Brasil já vinha se organizando havia algum tempo em bases científicas.⁸ Iúlia Lopes de Almeida emprestou seu apoio a essa perspectiva, o que mostrou para além das páginas de seus escritos, tendo integrado, por exemplo, uma instituição de assistência à infância pobre do Rio de Janeiro, o Patronato de Menores, e tendo participado do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado na capital da república em 1922, por ocasião do centenário da independência. Apesar dessas ações ainda se situarem no campo da iniciativa particular e na esfera da sociedade civil, as vozes dos integrantes desses movimentos já se dirigiam para a mobilização em favor de políticas públicas voltadas para as crianças pobres e suas mães.

Especialmente em seu texto mais tardio dos três analisados, *Maternidade*, de 1924, a autora mostrava uma abordagem da questão da infância pobre diferente daquela focada em ações individuais caritativas, o que traduzia uma importante nuance em sua maneira de enxergar o problema. Partindo da expressão da preocupação com as dificuldades decorrentes de condições sociais adversas que impediriam o cumprimento a contento da maternidade entre os segmentos





subalternos. Júlia Lopes de Almeida entendia a defesa de mecanismos de proteção à mulher pelo Estado. Após ressaltar que “tudo que se possa fazer em benefício da mãe, será feito em favor a humanidade” (1925, p.99), a escritora tomava posição em prol da criação no Brasil, a exemplo de outros países, de “Casas de maternidade”, com o objetivo de fornecer às mulheres e a seus filhos recém-nascidos “condições especiais de segurança, de vida e de relativo bem-estar.” Vistas como “indispensáveis às classes pobres”, eram instituições que “deveriam fazer parte das obrigações de todos os governos para com os seus respectivos municípios”, pois:

(...) das suas práticas de higiene, dos hábitos que aconselha, dos males sociais que transforma em fontes de prosperidade, elas (estas instituições) garantem a robustez da gente de amanhã e com isso a felicidade da pátria que rebousa principalmente na boa saúde e no bom senso de sua população. (Ibidem, p.104-105)

Considerando que da saúde da mulher dependia a saúde da criança e que da saúde da criança, vista como futuro da nação, dependia então a saúde da própria sociedade, Júlia Lopes de Almeida adotava um posicionamento político avançado para seu tempo, ao procurar conscientizar seu público leitor sobre a legitimidade e relevância dos direitos sociais da mulher e da criança. Sabe-se que mudanças nessa

direção se concretizariam na sociedade brasileira de forma mais efetiva somente a partir dos anos 1930.

É importante destacar que preocupações de cunho político como as expressadas pela autora dos manuais eram compartilhadas por muitos representantes das elites intelectuais das primeiras décadas do século XX, como educadores, médicos e juristas. Partindo de diagnósticos sobre “males” diversos que, segundo sua visão, assolariam a sociedade brasileira compondo um quadro de atraso e desorganização, compreendiam a proteção e assistência à infância – com destaque para as ações educativas de cunho preventivo voltadas para a formação de hábitos e comportamentos “higiênicos” e “civilizados” – como caminho fundamental para a organização da nação em bases modernas.⁹

Considerações finais

Com base no que foi apresentado, pode-se concluir reafirmando a importância dos manuais nos quadros de uma modalidade de educação feminina conduzida, em grande medida, no espaço da casa e na qual a leitura representava um elemento educativo estratégico. O que se observa é que no cenário da sociedade brasileira de modo geral e da cidade do Rio de Janeiro em particular, na virada do século XIX para o XX, a educação feminina ainda se apresentava, em grande parte, como uma função familiar e, mais particularmente, materna.



Nesses manuais, em que o tema da atenção à criança ocupava um lugar central, observa-se que também a infância aparece como um território da família e da mulher. Cabe destacar que esse tipo de representação, presente nas três obras da escritora aqui analisadas – cujas datas de publicação situam-se num intervalo de cerca de 30 anos –, mostra-se como um aspecto de permanência digno de nota na abordagem do tema da atenção à infância. Torna-se importante mencionar que nos textos de Júlia Lopes de Almeida são feitas referências a três instituições ou instâncias sociais que exerciam – e continuarão exercendo – um papel de relevo no cuidado da criança: a família; os especialistas em educação ou produtores de um saber competente sobre a criança – que tenderão progressivamente a se situar em torno da instituição escolar – e o Estado.

Percebe-se, baseado da análise dos textos, que, apesar da valorização que promove do saber científico, Júlia Lopes de Almeida põe um acento na família, em especial na mulher, quando trata do cuidado da criança. Essa forma de abordagem, presente em várias passagens de seus textos, pode ser sugerida em um capítulo do *Livro das donas e donzelas*, intitulado “Os beijos”. Embora a escritora conferisse, como vimos, grande importância ao saber dos higienistas, criticava nesse texto, com bom-humor, a posição desses médicos que enfatizavam o aspecto nocivo dos beijos, por considerá-los “transmissores de micróbios assassinos”. Afirmando que a humanidade

iamais seguiria a recomendação de evitar os beijos, que representariam a máxima expressão da ternura e do amor, dizia ainda que os próprios médicos que viessem a seguir essa recomendação sentiriam “em si próprios o ruído da natureza ofendida a clamar contra essa impiedosa verdade da ciência.” (1906, p.117-118) Nessa passagem, em que ressaltava a importância do beijo materno, passível de ser compreendido como uma metáfora da natureza e dos sentimentos, Júlia Lopes de Almeida tomava claramente o partido destes elementos – caracterizados, em grande medida, como femininos – diante da ciência.

Em outro texto do mesmo livro, a autora, ao encorajar as mulheres a ler as obras dos educadores modernos, louvava a educação que sua filha e seu genro ministravam aos seus netos, afirmando sua superioridade em relação “aos nossos colégios atrofiadores”, que ensinavam “como há cinquenta anos” (Ibidem, p.82), o que via como um erro enorme. Nesse caso, a crítica se dirigia às escolas ainda distanciadas de uma “ciência de educar” moderna. Mas, ainda que sinalizasse para a importância desta ciência, bem como da contribuição dada pelos especialistas que a produziam, D. Júlia enfatizava a validade dos saberes científicos sobre a educação e a saúde da criança, na medida em que apoiassem a atuação das mães, isto é, na medida em que fossem “filtrados” por sua sensibilidade, tal como ocorria no caso de sua filha. E mesmo quando se referia à





intervenção do Estado na questão da proteção à infância pobre, destacava sempre a importância de as políticas se encaminharem de forma prioritária às mães, de modo a serem dadas a estas condições de exercer seu papel considerado tão valioso e insubstituível.

Se D. Iúlia sublinhava, em seus manuais, a centralidade da família e em especial da mãe na atenção à infância, aspecto da vida social que se mostrava significativo no período de publicação de suas obras, situado entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, pode-se afirmar que discursos diversos produzidos por intelectuais de diferentes áreas a partir da década de 1920 tenderão a enfatizar outros aspectos no tratamento do mesmo tema, sinalizando para um importante deslocamento no cenário educacional brasileiro. A partir desse período, marcado de forma expressiva pelo movimento da Escola Nova, e ao longo do século XX, a tendência que se mostrará presente com maior ênfase, tanto nos discursos de educadores, quanto nas ações reformadoras promovidas no campo da educação, será a da afirmação crescente e efetiva da escola, dos especialistas da educação e do Estado – identificado fortemente à instituição escolar, no caso da defesa bastante compartilhada da escola pública – diante da família.¹⁰

Observa-se, assim, em tempos de modernização educacional, a atribuição de um prestígio crescente – apoiado, por sua vez, na noção de competência – às instituições e agentes sociais identificados à racionalidade

científica, entre os quais se situavam com destaque a escola e os agentes que atuavam em torno dela, progressivamente representados como “especialistas da educação”.¹¹ Nesse quadro, então, em que se verifica um deslocamento quanto à compreensão da responsabilidade e da autoridade relativa ao cuidado e à educação da criança, a centralidade tenderá a ser posta na escola, no Estado e nos detentores de um saber especializado sobre a infância – situados, com frequência, em torno daquelas instituições –,¹² passando a família a ocupar um lugar subordinado e sendo com frequência assinalada sua incompetência para educar.

Cabe destacar que, apesar dessa mudança de posições quanto à hegemonia na função educativa, a escola e os “educadores profissionais” – como passaram a ser chamados – não deixariam de se aproximar das famílias, por entender ser impossível prescindir de sua colaboração na efetivação de sua ação civilizadora. Nos tempos da Escola Nova, educadores ligados a essa vertente assinalavam, em suas idéias e ações reformadoras, a importância das relações entre escola e família. No entanto, era comum que terminassem por acentuar sua autoridade “iluminada” – fundamentada em bases científicas –, e por ditar as orientações que deveriam ser seguidas pelas famílias na educação de suas crianças.¹³

Se o lugar da ciência e dos especialistas tenderá a ser valorizado ao longo do século XX, nessa virada de século em que nos encontramos atualmente, quando o estatuto



de verdade das ciências tem sido posto em questão de forma acentuada, encaminha-se, talvez, um novo deslocamento. Nesse cenário de incertezas, a onipotência dos especialistas, bem como o lugar inquestionável de instituições sociais, como a escola, também têm sido postos em xeque. Nesse mesmo quadro, por outro lado, talvez possa ser percebida a abertura de um espaço para o estabelecimento mais efetivo da parceria escola-família, tão defendida no presente como no passado, mas praticada, ao longo do tempo, com muitos limites. Essa pode ser uma tendência interessante, se considerarmos que na atualidade vozes representativas tanto das escolas quanto das famílias têm apontado para os limites de sua ação educativa isolada, reafirmando a necessidade de intervenções articuladas e complementares junto às crianças e jovens.¹⁴ Uma outra inflexão observada no cenário atual,

em que as mulheres vêm ocupando de forma progressiva os espaços escolares, diz respeito à constituição progressiva, no âmbito na família, da educação dos filhos como papel a ser compartilhado por mães e pais, em lugar de sua definição como “missão” feminina.

Deste foco no passado, portanto, conduzido através da análise dos manuais de Lúlia Lopes de Almeida, talvez seja possível compreendermos o presente de uma outra forma, estimulando, assim, uma maior consciência do papel da escola e da família – sendo o papel desta última não mais confundido com o papel materno – na vida das crianças, para que, assim, a parceria entre as duas instituições, configurando um sentido efetivo de troca e complementaridade, deixe de ser uma palavra de ordem vazia de significado.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Lúlia Lopes de. *Livro das noivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905.
- . *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.
- . *Maternidade*. Rio de Janeiro: Ed. Olívia H.C. Peixoto, 1925.
- HERSCHMANN, Michael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (Orgs.) *A invenção do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem conexão*. A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MAGALDI, Ana Maria B.M. *Licções de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/PPGH, 2001.
- . GONDRA, José. *A reorganização do campo educacional no Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.





- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, André Ricardo. Criança X menor: a origem de dois mitos da política brasileira. In: ROLLEMBERG, Denise. *Que história é essa? Novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.91-109.
- RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: FBL/DNL, 1994.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Marv Del. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 401-442.

Abstract – *Analysis is made of the historical contexts generating the creation of the Single Great State of Rio de Janeiro, which comes into existence in 1975, with the merge of the Guanabara State and of the Rio de Janeiro State, as an imposition from the exception regimen going on in Brazil since 1964. We focus on the main arguments sustaining the construction of this new Federation unit, we point out its main cartographers, and we shed light on the building of the myth of a fabulous Rio de Janeiro State, a pole of economic development. We look over the role ascribed to education and to the administrative structure of the Education and Culture Secretariat, anchored on decentralization, on experimentation, on the rational principle of labor division and on the distribution of posts on the principle of merit. Despite its apparent irreversible character, the merge remains a conflict-ridden theme as the search for this new political identity continues.*

Keywords: *merge; Guanabara State; Rio de Janeiro State; public education in the new Rio de Janeiro State.*

Resumen – *Se estudian los contextos históricos en que se produjo la idea de creación de la Gran Provincia unificada de Río de Janeiro, que surge en 1975 con la anexión de las provincias de Guanabara y de Río de Janeiro, impuesta por la dictadura vigente en Brasil desde 1964. Se plantean los principales argumentos que sustentan la construcción de esa nueva unidad de la Federación, se apuntan sus cartógrafos y se aclara como se erigió el mito de la fabulosa Provincia de Río de Janeiro, polo de desarrollo económico. Se examina el papel atribuible a la educación y a la estructura administrativa de la Secretaría de Educación y Cultura, fundamentada en la descentralización, en la experimentación, en el principio racional de la división del trabajo y en la distribución de funciones por el principio de la meritocracia. En que pese su carácter aparentemente irreversible, la fusión de las dos provincias permanece como uno de los temas sobre los que se articulan conflictos en la búsqueda de la definición de esa nueva identidad política.*

Palabras-clave: *anexión; Provincia de Guanabara; educación pública fluminense.*



Notas

- ¹ Em discursos diversos produzidos ao longo dos séculos por pensadores, educadores, médicos, etc. foi representada como tarefa da mulher não somente a educação dos filhos, mas também a do marido, dos familiares e, por extensão, a educação e civilização da comunidade/sociedade em um sentido mais amplo. Também o lugar de professora foi com frequência representado e, desta forma, legitimado, como uma extensão na esfera pública da função educativa exercida pela mãe no lar, tal como assinalam muitos estudos dedicados ao tema da feminização do magistério.
- ² As ilustrações que integram este artigo foram reproduzidas desta obra.
- ³ Entendemos que o fato de este texto ter sido escrito num momento mais tardio, quando Iúlia Lopes de Almeida já desfrutava de consideração como escritora e educadora, pode ter contribuído para que a autora se propusesse a uma tarefa pedagógica mais ousada em que, não mais se restringindo às mulheres, se dirigia também à sociedade de maneira geral, com vistas a produzir sua conscientização sobre o tema tratado.
- ⁴ *Jornal do Comércio*, 19/08/1924, citado em Almeida, 1925, p. 231-232.
- ⁵ Ainda que devamos considerar a presença de aspectos de permanência de estruturas do passado monárquico e escravista na sociedade brasileira republicana, compartilhava-se, nos principais centros urbanos brasileiros e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX, a percepção de mudanças ocorrendo em ritmo acelerado, inclusive no que diz respeito ao lugar ocupado pela mulher na vida social. Iúlia Lopes de Almeida refere-se às “horas vertiginosas e perturbadoras” que caracterizariam a experiência vivida em seu tempo. Cf. Almeida, 1906, p.10.
- ⁶ D. Iúlia era caracterizada como representante da vertente do “feminismo esclarecido”, por suas posições moderadas.
- ⁷ Cf. Telles, 1997.
- ⁸ É digna de nota, nessa tendência, a importante contribuição do médico Arthur Moncorvo Filho, fundador, em 1899, do IPAI (Instituto de Proteção e Assistência à Infância), instituição que adquiriu grande relevo na sociedade brasileira da época, situando-se no quadro da “filantropia científica”. Constituiu-se numa instituição privada, mantida por seus associados “que contribuíam com somas em dinheiro e em trabalho, inclusive de médicos que faziam o atendimento direto” e contando ainda com subsídios estatais. Com sede no Rio de Janeiro, o Instituto serviu de modelo para outras instituições que surgiram, como filiais daquele, em várias cidades brasileiras. Cf. Pereira, 1994, p. 102.
- ⁹ Cf., entre outros estudos relativos ao cenário intelectual dos anos 1920, Pécaut, 1990, cap. 1, e Herschmann e Pereira, 1994.
- ¹⁰ No quadro dos debates educacionais desenvolvidos a partir dos anos 1920/30, cabe destacar a posição destoante em relação à tendência mencionada expressada pelos educadores que integravam o movimento de renovação católica então em curso. Esses educadores defendiam a preeminência da família como instituição educativa, diante da escola e do Estado, confrontando-se, nesse ponto, em relação à posição manifestada pelos educadores escolanovistas, de um modo geral. Cf., a esse respeito, Magaldi, 2001.
- ¹¹ Cf., a respeito do lugar que passa a ser ocupado pelos “especialistas da educação”, Lasch, 1991, Cap.1.
- ¹² Cf. “A reconstrução educacional no Brasil: manifesto dos pioneiros da educação nova”, de 1932, in: Magaldi e Gondra, 2003, p.125-146.
- ¹³ Cf., a respeito de discursos e ações educativas destinados à família no Brasil, nos anos 1920/30: Magaldi, 2001.
- ¹⁴ No âmbito da escola pública, pode ser citada, entre várias iniciativas que demonstrariam essa tendência, a instituição e divulgação maciça dos “Dias nacionais da família na escola”.